

do IIEFP de 1996/06/20 (Dependendo diretamente do Delegado Regional do IIEFP). Responsável pelo acompanhamento de toda a formação profissional financiada no âmbito do Programa PESSOA – QCA II – na Região Algarve;

Diretora de Serviços de Análise e Acompanhamento de Projetos da Delegação Regional do Algarve do Instituto do Emprego e Formação Profissional (1993-1996 até à extinção da Direção de Serviços por reestruturação dos serviços), por Deliberação da Comissão Executiva do IIEFP de 1993/05/04. Responsável pela análise e acompanhamento dos Projetos candidatos a financiamento, na região Algarve, no âmbito dos programas sob a gestão do IIEFP;

Responsável Regional pela Iniciativa Comunitária EUROFORM (1994-1995);

Assistente de Matemática na Escola Superior de Gestão Hotelaria e Turismo — Universidade do Algarve (1992-1993);

Técnica Superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional — Delegação Regional do Algarve — Direção de Serviços de Análise e Acompanhamento de Projetos (1990-1993);

Técnica de Exploração Postal no âmbito da Direção Regional de Correios do Sul, desempenhando funções em estações de correios e nos serviços de coordenação nas áreas comercial e de informática (1981-1991)

Outros aspetos curriculares:

Possuidora do grau profissional CIA – Certified Internal Auditor, desde novembro de 2004 (Certificação de reconhecimento internacional para o exercício da profissão de Auditor Interno);

Possuidora de Certificação de Aptidão Profissional de Formadora; Membro do IPAI – Instituto Português de Auditores Internos – membro número 564;

Membro do IIA – Institute of Internal Auditors – member number 1173308;

Premiada com o prémio “Melhor aluna de Gestão 90/91” a nível Nacional atribuído pela Salvador Caetano.

Premiada com o prémio “Melhor aluna de Gestão 90/91 da Universidade do Algarve”, atribuído pelo Banco Totta & Açores.

208480914

Despacho n.º 2264-C/2015

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, define o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEL) para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020, compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e consigna, ainda, o regime de transição entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Portugal 2020.

Em aplicação do modelo de governação do Portugal 2020 assim instituído, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, procedeu à criação das estruturas de missão responsáveis para o exercício das funções das autoridades de gestão, estabelecendo o seu n.º 13 que os secretariados técnicos são designados por despacho por membro do governo responsável pela área do desenvolvimento regional e do membro do governo responsável pelas finanças, sob proposta da comissão diretiva do PO, e que fixa o número máximo de secretários técnicos.

Assim, nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, a Ministra de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional determinam o seguinte:

1 — É fixado em 4 o número máximo de secretários técnicos para o secretariado técnico do Programa Operacional Regional de Lisboa.

2 — São designados como secretários técnicos do Programa Operacional Regional de Lisboa:

- Licenciado Fernando Jorge do Nascimento Pires Nogueira;
- Licenciada Isabel Alexandra Pinto Quaresma de Sá Luís;
- Licenciada Maria Dulce Rodrigues Barros;
- Licenciada Maria Joaquina Loupa Sim Sim.

3 — As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente Despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de março de 2015.

3 de março de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

ANEXO

Notas curriculares (síntese)

Nota curricular de Fernando Jorge do Nascimento Pires Nogueira

1 — Dados pessoais:

Nome: Fernando Jorge do Nascimento Pires Nogueira;
Data de nascimento: 12 de maio de 1960.

2 — Habilitações académicas:

Licenciado em Geografia e Planeamento Regional, pela Universidade Nova de Lisboa.

Pós-graduado em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Autónoma de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Desde 26 de julho de 2013 — Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente, do XIX Governo Constitucional, designado para substituir o Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos;

De 1 de fevereiro a 24 de julho de 2013 — Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, do XIX Governo Constitucional, designado para substituir o Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos;

De 1 de agosto de 2011 a 31 de janeiro de 2013 — Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, do XIX Governo Constitucional, designado para substituir o Chefe do Gabinete nas suas faltas e impedimentos;

De 21 de junho de 2010 a 31 de julho de 2011 — Diretor de Serviços de Desenvolvimento Regional em regime de substituição, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT);

De 1 de março de 2002 a 20 de junho de 2010 — Chefe de Projeto, na Estrutura de Apoio Técnico ao Gestor dos Programas da Iniciativa Comunitária INTERREG III (2000-2006) e Programas da Cooperação Territorial Europeia (2007-2013);

De 31 de julho de 1998 a 28 de fevereiro de 2002 — Chefe de Projeto, na Estrutura de Apoio Técnico e Administrativo ao Coordenador Regional de Lisboa e Vale do Tejo, do RIME — Regime de Incentivos às Microempresas;

De maio de 1997 a abril de 2003 — Presidente da Comissão Permanente de Avaliação da Propriedade Urbana, na Repartição de Finanças do Concelho do Cadaval;

Desde 14 de outubro de 1996 — Técnico Superior na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCRLVT);

Entre 1987 e 1996 — Colaboração com as empresas: Seleções do Reader's Digest, Geometral, Geograf, e Terracarta, nas áreas de Cartografia, Cadastro e Sistemas de Informação Geográfica;

Entre 1 de junho de 1981 e 13 de outubro de 1996 — Técnico, na categoria de Reconhecedor Cartógrafo, no Instituto Geográfico e Cadastral.

Nota curricular de Isabel Alexandra Pinto Quaresma de Sá Luís

1 — Dados pessoais:

Nome: Isabel Alexandra Pinto Quaresma de Sá Luís.
Data de nascimento: 22 de junho de 1971.

2 — Habilitações académicas:

1999 — Pós-Graduação em Marketing Research, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão;

1996 — Pós-graduação em Estudos Europeus, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão;

1994 — Licenciatura em Economia pela Universidade Lusitana.

3 — Experiência profissional:

Desde 2009 até à presente data — Secretária Técnica no Programa Operacional Regional de Lisboa, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

2000-2008 — Técnica superior no Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, desempenhando funções de análise/accompanhamento de projetos co-financiados e apoio à gestão;

1998-2000 — Técnica superior no Regime de Incentivos às Micro-empresas (CCDR LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo) desempenhando funções de análise técnica de projetos co-financiados, atendimento técnico a promotores, apoio à gestão, entre outros;

1996-1997 — Professora no ensino secundário.

1997 — Estágio profissional na área de Finanças Locais, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

Nota curricular de Maria Dulce Rodrigues Barros

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Dulce Rodrigues Barros;
Data de nascimento: 19 de dezembro de 1955.

2 — Habilitações académicas:

1990 — Pós-graduação em Estudos Europeus, pela Universidade Católica Portuguesa

1979 — Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia.

3 — Experiência profissional:

Desde 2009 — Secretária Técnica da Unidade de Avaliação e Controlo Interno do POPH — Programa Operacional Potencial Humano;

2001-2009 — Chefe de Projeto do Controlo de 1.º Nível do POE-FDS — Programa Operacional do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social (POEFDS);

1997-2001 — Diretora de Serviços da Estrutura de Projeto de Controlo de 1.º Nível do PESSOA — Programa Operacional de Formação Profissional e Emprego;

1996-2001 — Diretora de Serviços de Avaliação e Acompanhamento de Programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

1992-1996 — Diretora de Serviços de Avaliação para Acompanhamento de Programa, do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

1991-1992 — Chefe do Serviço de Gestão e Acompanhamento (equiparada a Diretora de Serviços), do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

Fevereiro de 1990-1991 — Técnica Superior na Unidade de Gestão Integrada de Programas do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

1987-1990, fevereiro — Técnica Superior no Departamento Assuntos do Fundo Social Europeu, destacada do IIEFP — Instituto do Emprego e Formação Profissional;

1986, julho — Técnica Superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional;

1986, fevereiro — Técnica superior em regime prestação de serviços do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza;

Setembro 1981-setembro 1985 — Técnica na Secretaria de Estado da Região do Limpopo e Incomati da República Popular de Moçambique;

1980-1981 — Professora do Ensino Secundário, Escola Secundária de Carcavelos.

Nota curricular de Maria Joaquina Loupa Sim Sim

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Joaquina Loupa Sim Sim;
Data de nascimento: 4 de maio de 1965.

2 — Habilitações académicas:

1999 — Curso Geral de Gestão pelo ISG — Instituto Superior de Gestão;

1991 — Licenciatura em Economia pela Universidade de Évora.

3 — Experiência profissional:

De 2012 até ao momento, no POR Lisboa/QREN — Programa Operacional Regional de Lisboa (CCDR LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), como Secretária Técnica da Unidade Auditoria, Controlo, Comunicação e Assistência Técnica;

De 2008 a 2012, no POR Lisboa/QREN — Programa Operacional Regional de Lisboa (CCDR LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), como Secretária Técnica da Unidade Auditoria e Controlo;

De 2002 a 2008, no PORLVT — Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR LVT — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo), como Chefe de Projeto da Estrutura de Apoio Técnico ao Controlo de 1.º Nível das ações cofinanciadas pelo PORLVT (vertentes FEDER, FEOGA e FSE);

De 2001 a 2002, no GPF — Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação Profissional (Ministério da Economia), como coordenadora de uma Área de Formação no âmbito do POE — Programa Operacional da Economia;

De 1997 a 2001, no GdA-fP — Gabinete de Dinamização e Acompanhamento de Formação Profissional (Ministério da Economia), como diretora da Área de Apoio à Gestão e, posteriormente, como coordenadora de uma Área de Formação no âmbito do PEDIP II e da Iniciativa Comunitária PME;

De 1989 a 1994, no INETI — Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, como técnica no âmbito do Programa JTI — Jovens

Técnicos para a Indústria, desempenhando as funções de coordenadora do Núcleo de Avaliação Técnica da área de Gestão do Programa 2 do PEDIP — Formação Profissional.

De 1994 a 1996, colaboradora do ITEC — Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária tendo como atividade principal a preparação de candidaturas e elaboração dos respetivos orçamentos a vários Programas Operacionais e Iniciativas Comunitárias, nomeadamente na área da Formação Profissional.

208480906

Despacho n.º 2264-D/2015

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, define o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020, compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e consigna, ainda, o regime de transição entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Portugal 2020.

Em aplicação do modelo de governação do Portugal 2020 assim instituído, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, procedeu à criação das estruturas de missão responsáveis para o exercício das funções das autoridades de gestão, estabelecendo o seu n.º 13 que os secretariados técnicos são designados por despacho por membro do governo responsável pela área do desenvolvimento regional e do membro do governo responsável pelas finanças, sob proposta da comissão diretiva do PO, e que fixa o número máximo de secretários técnicos.

Assim, nos termos do n.º 13 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, a Ministra de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional determinam o seguinte:

1. É fixado em 3 o número máximo de secretários técnicos para o secretariado técnico do Programa Operacional Regional do Alentejo.

2. São designados como secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Alentejo:

a) Luís Ricardo Castilho Reinales, Secretário Técnico da Unidade Competitividade, Internacionalização e Emprego;

b) Maria do Carmo Abelha Ricardo, Secretária Técnica da Unidade Sustentabilidade, Inclusão e Capital Humano;

c) Nelson Zosimo Rodrigues Faustino, Secretário Técnico da Unidade de Coordenação e Controlo.

3. As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho.

4. O presente despacho produz efeitos a partir de 02 de março de 2015.

3 de março de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

ANEXO

NOTAS CURRICULARES (SÍNTESE)**Nota curricular de Luís Ricardo Castilho Reinales**

1 — Dados pessoais:

Nome: Luís Ricardo Castilho Reinales.
Data de nascimento: 21 de setembro de 1966.

2 — Habilitações académicas:

1990 — Licenciatura em Direito pela Universidade Portucalense.
2004 — Mestre em Sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

3 — Experiência profissional:

2012-até à presente data — Secretário Técnico da Unidade Factores Fatores de Competitividade do Programa Operacional Regional do Alentejo (INALENTEJO);

2010-2012 — Coordenador da Área de Apoio às Empresas da Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL);